A SOBERANIA ALIMENTAR NA GEOGRAFIA AGRÁRIA BRASILEIRA

FOOD SOVEREIGNTY IN BRAZILIAN AGRARIAN GEOGRAPHY

SOBERANÍA ALIMENTARIA EN LA GEOGRAFÍA BRASILEÑA

ESTEVAN LEOPOLDO DE FREITAS COCA
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) – Alfenas/MG.
E-mail: estevan.coca@unifal-mg.edu.br

LEONARDO LENCIONI MATTOS SANTOS
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) – Alfenas/MG.
E-mail: leolencioni@gmail.com

RODRIGO DE PAULO SOUZA E SILVA
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) – Alfenas/MG.
E-mail: contato.topografiarps@gmail.com

JOSÉ ROBERTO SALVATERRA
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) – Alfenas/MG.
E-mail: josesalvaterra@gmail.com

Resumo: Com a proposição da soberania alimentar pela coalizão internacional *La Via Campesina*, em 1996, as políticas alimentares se consolidaram como um dos mais importantes componentes da Questão Agrária atual. A soberania alimentar evidenciou a necessidade de o alimento não ser tratado como uma mercadoria, mas como um bem social. Considerando esse contexto, no presente trabalho objetiva-se analisar como a soberania alimentar tem sido abordada pela Geografia Agrária brasileira. Para isso, são estudados três dos principais periódicos de Geografia Agrária do Brasil: a Revista NERA, a Revista Campo-Território e a Revista Agrária. Demonstra-se que a soberania alimentar tem sido abordada por meio da perspectiva campesinista dos estudos agrários, porém, são poucos os casos em que os autores a refletem conceitualmente, sendo mais comum sua relação com estudos de caso. Além disso, também se constatou que poucos artigos sobre a soberania alimentar publicados nesses periódicos de Geografia Agrária utilizaram-se de conceitos geográficos para desenvolver suas análises.

Palavras-chave: questão agrária, soberania alimentar, geografia agrária, campesinato.

Abstract: With the proposal of food sovereignty by the international coalition *La Via Campesina* in 1996, food policies were consolidated as one of the most important components of the current Agrarian Question. Food sovereignty has highlighted the need for food not to be treated as a commodity but as a social good. Considering this context, the present paper aims to analyze how the Brazilian Agrarian Geography has approached food sovereignty. For this, three of the main journals of Brazilian Agrarian Geography are studied: the NERA Journal, the Campo-Territory Journal and the Agrária Journal. It is demonstrated that food sovereignty has been approached through the peasant perspective of agrarian studies, however, there are few cases in which the authors reflect it conceptually, being more common relation with case studies. In addition, the paper found that few articles on food sovereignty published in these Agrarian Geography journals used geographical concepts to develop their analyzes.

Keywords: agrarian question, food sovereignty, agrarian geography, peasantry.

Resumen: Con la propuesta de soberanía alimentaria de la coalición internacional La Vía Campesina en 1996, las políticas alimentarias se consolidaron como uno de los componentes más importantes de la actual Cuestión Agraria. La soberanía alimentaria ha puesto de relieve la necesidad de que los alimentos no se traten como una mercancía sino como un bien social. Considerando este contexto, el presente trabajo tiene como objetivo analizar cómo la soberanía alimentaria ha sido abordada por la Geografía Agraria brasileña. Para ello, se estudian tres de las principales revistas de Geografía Agraria brasileña: la revista NERA, la revista Campo-Territorio y la revista Agrária. Está demostrado que la soberanía alimentaria se ha abordado desde la perspectiva campesina de los estudios agrarios, sin embargo, hay pocos casos en que los autores lo reflejen conceptualmente, siendo la relación más común con los estudios de casos. Además, también se descubrió que pocos artículos sobre soberanía alimentaria publicados en estas revistas de Geografía Agraria usaban conceptos geográficos para desarrollar sus análisis.

Palabras clave: cuestión agraria, soberanía alimentaria, geografía agraria, campesinado.

Introdução

O alimento é um dos principais elementos da Questão Agrária atual (McMICHAEL, 2014). Em torno dele orbitam significativos tensionamentos que caracterizam o campo contemporâneo como o uso em larga escala de insumos químicos e de sementes geneticamente modificadas por parte do agronegócio e o controle dos mercados pelas grandes corporações com a consequente inviabilização econômica de unidades de produção camponesas. Como parte desse processo, a mais importante coalizão de movimentos camponeses do globo, a *La Via Campesina*[1], desde 1996, tem proposto a soberania alimentar como uma possibilidade de superar a mercantilização da comida que tem sido gerada pelas relações capitalistas, especialmente por meio das grandes corporações (DESMARAIS, 2007).

Reconhecendo esse contexto, no presente artigo consta uma análise sobre a abordagem da soberania alimentar pela Geografia Agrária brasileira. Como na atualidade os periódicos acadêmicos são referências na divulgação do conhecimento científico (ABADAL, 2017), pesquisamos três dentre as principais revistas de Geografia Agrária do Brasil: a Revista NERA, publicada pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), da Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Presidente Prudente; a Revista Campo-Território, publicada pelo Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), *campus* de Uberlândia e a Revista Agrária, do Laboratório de Geografia Agrária, da Universidade de São Paulo (USP), *campus* de

[1] A *La Via Campesina* foi fundada em 1993 com uma pauta contrária ao neoliberalismo no campo. Atualmente, ela é composta por 182 organizações camponesas, oriundas de 81 países, se constituindo como uma das principais vozes contrárias à globalização neoliberal.

São Paulo. Foram avaliados fatores como a relação entre a soberania alimentar e conceitos trabalhados pela Geografia, a relação com as tendências dos estudos agrários (as teses do desaparecimento ou permanência do campesinato, por exemplo) e os objetos de pesquisa atrelados a esse tipo de abordagem.

Dentre as principais conclusões trazidas pelo trabalho destaca-se que a soberania alimentar tem sido abordada quase que exclusivamente por meio da perspectiva campesinista dos estudos agrários. Ou seja, tem sido mais comum a utilização da soberania alimentar em trabalhos que consideram a resistência do campesinato frente ao processo de expansão do capitalismo no campo e não o seu desaparecimento. Isso é interpretado no texto por meio do debate paradigmático sobre os estudos agrários. Para tal, nos embasamos em trabalhos como os de Vinha (2012), Fernandes (2013), Felício (2011) e Camacho (2014), que consideram a existência do Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). Para o primeiro, a questão agrária é estrutural e sua superação exige a superação do capitalismo. Ainda para o PQA, o capitalismo não é uma totalidade, pois no seu interior são produzidas de modo contraditório e desigual relações sociais que não estão embasadas no assalariamento, como ocorre nas unidades de produção camponesas. Por outro lado, para o PCA o capitalismo é uma totalidade e em razão disso, a tendência é o desaparecimento do campesinato. Ao mesmo tempo, no trabalho também constatamos que são poucos os casos em que os autores que abordaram o tema da soberania alimentar a refletem conceitualmente ou até mesmo, metodologicamente, sendo mais comum que ela ilustre estudos de caso. Também se constatou que poucos artigos buscaram abordar a

soberania alimentar pelo viés da Geografia, sendo que dentre esses poucos, prevaleceu, o uso do conceito de território.

O trabalho está organizado em quatro seções: na primeira constam os procedimentos metodológicos, na segunda trazemos uma recuperação histórica da incorporação da soberania alimentar por movimentos camponeses que integram a *La Via Campesina*, na terceira apresentamos uma discussão sobre a abordagem da soberania alimentar pela academia e na quarta consta a exposição dos resultados.

Procedimentos metodológicos

O primeiro passo dos procedimentos metodológicos que embasaram essa pesquisa foi a definição dos periódicos que seriam analisados. Para isso, partimos de discussões com as de Vinha (2012) e Marques (2019) sobre o papel dos grupos de pesquisas na construção de tendências dos estudos da Geografia Agrária brasileira. Também definimos que as revistas que integrariam o estudo, além de terem como foco a Geografia Agrária, deveriam ser classificadas como, no mínimo B2 pelo sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no triênio 2010-2012 ou no quadriênio 2013-2016. Assim, foram selecionadas as revistas Agrária, Campo-Território e NERA.

Num segundo momento, a metodologia empregada nesta pesquisa se baseou no acesso ao endereço eletrônico das revistas supracitadas, onde foram pesquisados em cada número ou edição, os artigos que apresentassem a soberania alimentar em seus títulos, resumos ou palavras-chave. Os artigos enquadrados nesses aspectos foram separados por edição e ano, em seguida, eles foram agrupados em pastas e subpastas. Após a seleção e leitura dos artigos, os

mesmos foram organizados e categorizados por meio do *software Microsoft Excel*. Com isso, efetivamos a composição de gráficos e tabelas. Os dados tabelados incluíram a universidade onde os autores atuam, os conceitos e as categorias utilizados nas pesquisas, o número de publicações com a temática por revista e o ano de publicação, bem como as palavras-chave utilizadas.

Posteriormente, foram realizadas entrevistas de caráter semiestruturado com os editores dos periódicos analisados. Os assuntos abordados nas entrevistas foram: i) histórico e objetivos do periódico; ii) leitura sobre a incorporação da soberania alimentar pelos autores que publicam no periódico; iii) tendências temporais da submissão de artigos que abordam a soberania alimentar; iv) levantamento sobre as universidades ou grupos de pesquisa que mais trouxeram contribuições para a discussão da soberania alimentar na revista.

Com isso, visou-se cruzar os dados provenientes das tabelas e gráficos gerados por meio do *Excel* com as informações coletadas por meio das entrevistas e, deste modo, realizar uma análise mais aprofundada sobre a questão. Cabe ressaltar aqui que as entrevistas foram realizadas com uma das editoras da Revista NERA (entrevistada 01) e com o editor da Revista Campo-Território (entrevistado 02). Não se realizou a entrevista com o corpo editorial da Revista Agrária, uma vez que não foram respondidos os e-mails e os telefonemas destinados ao corpo editorial desta. Sobre isso, vale lembrar ainda, que aparentemente a Revista Agrária encontra-se fora de atividade, haja vista que sua última edição data de 2013. Apesar de existirem chamadas para a submissão de artigos para dossiês nos anos de 2016 e 2017, esses não estão disponíveis no endereço eletrônico desse periódico.

A soberania alimentar e os movimentos camponeses

Ao contrário da Questão Agrária "clássica", que, num contexto pós I Revolução Industrial, em meados do século XIX, previa a destruição do campesinato em razão do avanço da industrialização do campo (KAUTSKY, 1988), a Questão Agrária "atual" possui no movimento camponês organizado globalmente pela *La Via Campesina* uma prova de que o capitalismo não se impõe como uma totalidade (McMICHAEL, 2014). Ao mesmo tempo em que as relações capitalistas se expandem, elas permitem a reprodução de outras relações sociais que não estão alicerçadas no assalariamento e na busca por lucros ampliados, como é o caso do trabalho familiar que caracteriza o campesinato (MARTINS, 1995). O agronegócio, a maior expressão do capitalismo no campo contemporâneo, constrói hegemonias sobre um conjunto de sistemas (produtivo, ideológico, tecnológico, mercantil e financeiro) (FERNANDES, 2017). Porém, ao mesmo tempo emergem relações sociais e processos distintos dessa dinâmica como a recampesinização de países como a China e o Vietnã, o crescimento de parcelas da população de centros urbanos que anseia por alimentos saudáveis e a busca por modelos de produção agrícola que sejam menos nocivos ao meio ambiente, especialmente no que se refere ao uso de agrotóxicos e ao desmatamento. Assim, a agricultura camponesa persiste por oferecer respostas à falha metabólica do modo de produção capitalista, indo além do modelo intensivo do agronegócio (VAN DER PLOEG, 2016; WITTMAN, 2009).

As principais ações de resistência do campesinato na atualidade estão vinculadas direta ou indiretamente ao alimento, seja no sentido da disputa pela terra, no jeito de produzir ou dos

mercados. Não à toa, desde que a *La Via Campesina* se consolidou como a principal articulação de movimentos camponeses do mundo, em meados da década de 1990 (DESMARAIS, 2007), a soberania alimentar tornou-se uma de suas principais bandeiras de luta. Por mais que as origens do discurso sobre a soberania alimentar estejam em movimentos camponeses e governos da América Central, em meados da década de 1980 (EDELMAN, 2014), é com a sua incorporação pela *La Via Campesina*, no II Congresso Internacional, organizado em Tlaxcala, no México, em 1996, que ela ganha maior proeminência (DESMARAIS, 2015). Desde então, diversos outros coletivos passaram a orientar suas ações com base no modelo da soberania alimentar, o que faz dela uma das principais referências no enfrentamento ao processo de mercantilização da comida, característico do capitalismo atual (PATEL, 2009). Por meio da soberania alimentar evidencia-se que a luta contra o capitalismo é também a luta pela orientação dos processos e políticas alimentares e que isso exige a criação de vínculos entre o campo e a cidade, devido ao fato de que os limites estruturais desses espaços estão articulados dialeticamente.

Conforme Edelman (2014), a soberania alimentar é diversa e complexa, aparecendo como *slogan*, paradigma, conjunto de políticas, movimento e aspirações utópicas. Em sua trajetória, ela também tem sido relacionada a diferentes escalas. Ao ser apresentada pela *La Via Campesina*, em 1996, por exemplo, ela foi referenciada como uma proposta de organização dos sistemas agroalimentares do Estado-Nação (LA VIA CAMPESINA, 1996). Contudo, com a formação do *International Planning Committee for Food Sovereignty* (Comitê de Planejamento Internacional por Soberania Alimentar – IPC), em 2002, que envolveu organizações de

vários países, e o Fórum de Nyéleni por Soberania Alimentar, ocorrido em 2007, no Mali, passou-se a destacar a importância de que cada povo construa a soberania alimentar(IPC, 2002; NYÉLÉNI DECLARATION, 2007). Com isso, evidenciou-se que as comunidades devem controlar suas políticas e sistemas alimentares, dando prioridade aos camponeses e indígenas enquanto provedores de alimentos. Por isso, tem sido comum que a soberania alimentar seja relacionada como a criação de circuitos curtos de alimentação, ou então, simplesmente como a busca pela valorização da comida local.

As mudanças na interpretação sobre a escala em que deve ocorrer a soberania alimentar também envolvem a relação campo-cidade. Nos primeiros anos após sua incorporação pela *La Via Campesina*, entendia-se a soberania alimentar quase que exclusivamente pelo viés dos movimentos camponeses com foco na reforma agrária. Contudo, autores como De Schutter (2015), McMichael (2014) e Coca e Barbosa Jr (2018) chamam atenção para a emergência de uma "segunda geração" da soberania alimentar, que mesmo sem deixar de dar centralidade às disputas pelos territórios produtivos no campo, se caracteriza por também valorizar os espaços de consumo nos centros urbanos. Esse processo, expresso em ações como feiras de produtores locais, hortas urbanas e conselhos de políticas alimentares, é mais forte no Hemisfério Norte, porém, também está presente no Hemisfério Sul.

Assim, ao ser incorporada como um dos objetivos de luta da *La Via Campesina* e de outras organizações que possuem relação direta ou indireta com ela, a soberania alimentar deu ênfase ao vínculo entre as lacunas das políticas alimentares no campo e na cidade e a discussão sobre o modelo de desenvolvimento agrário por meio da disputa entre o campesinato e o agronegócio. Com isso,

fatores como o paradoxo entre a fome e a obesidade, a dificuldade de os camponeses comercializarem sua produção e o consequente êxodo rural, além do patriarcalismo e ancianização do campo, passaram a ser vistos como atrelados aos processos de alimentação. Evidentemente, a mudança para a implementação da soberania alimentar possui caráter estrutural e exige que o controle exercido pelas grandes corporações sobre as políticas alimentares seja rompido por meio da priorização de camponeses e indígenas (HOLT GIMÉNEZ; SHATTUCK, 2011; ROSSET; MARTINEZ-TORRES, 2012).

A compreensão sobre o caráter estrutural do alimento pode ser vista nas pautas de lutas de movimentos camponeses brasileiros que integram a *La Via Campesina*[2]. Em 2011, por exemplo, o MST teve reconhecida a amplitude de sua luta pela soberania alimentar ao receber o *Food Sovereignty Prize* (Prêmio de Soberania Alimentar), ofertado pela *Community Food Security Coalition* (Coalizão Comunitária por Segurança Alimentar) e pela *US Food Sovereignty Alliance* (Aliança Estadunidense por Soberania Alimentar). Dentre os argumentos para tal premiação constaram a contribuição do MST para a reforma agrária, a cultura e a ecologia no Brasil (GRASSROOTS INTERNATIONAL, 2011)). Assim, a ênfase não foi dada na produção de alimentos, simplesmente, mas na participação desse coletivo na construção de um modelo de desenvolvimento para o campo com potencial alternativo ao do agronegócio. Por sua vez, o MMC (s/d, não paginado), em seu

[2] São membros brasileiros da *La Via Campesina*: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) e Coordenaçao Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ).

programa de ação, ao mesmo tempo em que adota uma postura feminista, salientando seu objetivo de contribuir para a superação do patriarcalismo no campo, também destaca sua luta "pela defesa, preservação, multiplicação e conservação da biodiversidade, patrimônio da humanidade a serviço dos povos, garantindo soberania alimentar". Outro exemplo pode ser encontrado no MPA (2012), que, através do Plano Camponês visa construir um novo modelo de desenvolvimento para o campo. Nesse documento, as soberanias alimentar, energética, hídrica, territorial, mineral e da biodiversidade compõem um dos 5 eixos de orientação para a ação do movimento, dentre outros, no sentido de reivindicar políticas públicas para as unidades de produção camponesas.

Esses exemplos denotam que a soberania alimentar tem sido presente nas estratégias dos movimentos camponeses para a criação de alternativas à hegemonia do agronegócio no campo. Ao mesmo tempo são levados em consideração os impactos das políticas alimentares também nos centros urbanos. Assim, a Questão Agrária atual denota que o entendimento sobre campo e a cidade não pode se dar apenas pela perspectiva dicotômica, mas por meio das relações dialéticas que estabelecem entre si. Ir além do modelo do agronegócio é um passo visto como de fundamental importância para que a população do campo e da cidade tenha acesso a alimentos saudáveis.

A soberania alimentar e a academia

Depois de termos destacado, no tópico anterior, como a soberania alimentar tem sido trabalhada por meio de uma perspectiva abrangente pelos movimentos camponeses vinculados à *La Via Campesina*, trazemos aqui uma breve apresentação sobre alguns dos mais importantes momentos e características de sua

abordagem pela academia. Isso trará referências para, na sequência do trabalho, discutirmos a incorporação da soberania alimentar pela Geografia Agrária brasileira. Evidentemente, não objetivamos, nesse tópico, dar conta de abordar a incorporação da soberania alimentar pela academia considerando a totalidade desse processo, mas, ao menos destacar de modo sucinto algumas das principais tendências dos estudos acadêmicos que a possuem como referência.

Após sua incorporação pela *La Via Campesina*, em 1996, a soberania alimentar passou a ser utilizada como referência em ações desenvolvidas por movimentos camponeses de todos os continentes. Isso chamou a atenção da academia e, desde então, diversos estudos têm trazido o objetivo de debate-la como conceito ou entender sua relação com outros conceitos já consolidados no discurso acadêmico, assim como sua possível aplicação em propostas de intervenção no campo e na cidade ou sua incorporação como dispositivo legal por países e localidades (COCA, 2016; LEVKOE; BREM-WILSON; ANDERSON, 2018; WITTMAN, 2015).

A importância da soberania alimentar nos estudos acadêmicos pode ser observada, por exemplo, na construção de dois importantes eventos internacionais que a trataram como tema central. Em 2013, como parte das comemorações dos 40 anos do *Journal of Peasant Studies* e dos 20 anos da *La Via Campesina*, o *Program of Agrarian Studies* (Programa de Estudos Agrários), da Yale University, foi organizada a conferência *Food Sovereignty: a critical dialogue* (Soberania alimentar: um diálogo crítico). Em 2014, o *International Institute of Social Studies* (Instituto Internacional de Estudos Sociais – IISS), da The Hague University organizou o *Critical Dialogue on Food Sovereignty* (Diálogo Crítico sobre a Soberania Alimentar). Juntos, esses eventos contaram com mais de

600 participantes vindos de todos os continentes, além de terem trazido entre seus conferencistas renomados pesquisadores sobre os estudos agrários.

Também destaca a abrangência da incorporação da soberania alimentar pela academia a produção de coletâneas que a possuem como foco central. São exemplos os livros organizados por Wittman *et al* (2010, 2011), Andrée *et al* (2014) e Desmariais *et al* (2017), além das edições speciais do *Jornal Peasant Studies* (volume 41, edição 6, de 2014), da *Third World Quarterly* (volume 36, edição 3) e do *Canadian Food Studies* (volume 02, edição 02, de 2015).

Ressalta-se que dentre esses exemplos internacionais de eventos acadêmicos, dossiês e coletâneas, nenhum foi organizado exclusivamente pela e/ou para a Geografia, o que indica que a soberania alimentar tem se configurado como um conceito/proposição trabalhado, majoritariamente, por meio de uma perspectiva interdisciplinar. Além da Geografia, os trabalhos que compuseram esses eventos e publicações estão vinculados a diversas áreas do conhecimento como as Ciências Sociais, a História, a Filosofia, as Relações Internacionais, a Antropologia e o Direito. Em parte, tomando por referência a discussão trazida por Wittman (2011), o caráter interdisciplinar dos estudos sobre soberania alimentar pode ser explicado pelo fato deles se apoiarem em conceitos como regimes alimentares, direitos humanos, Agroecologia e cidadania que são utilizados por diferentes campos do conhecimento.

Além disso, como destacado no recente trabalho autoetnográfico de Levkoe et al (2018), uma das particularidades das contribuições acadêmicas sobre a soberania alimentar reside na relação entre os autores e os movimentos e instituições abordados. Em linhas gerais, mesmo não sendo presente na totalidade das

pesquisas sobre o tema, tem sido crescente a transição da pesquisa acadêmica ao engajamento prático por parte dos estudiosos da soberania alimentar. De tal modo, esse processo tem gerado três pilares focados em: "[...] pessoas (humanização das relações de pesquisa), poder (equalização das relações de poder) e mudança (busca por orientações transformadoras)" (LEVKOE; BREM-WILSON; ANDERSON, 2018, p. 2, tradução nossa).

Assim, constata-se que por ser um processo recente, a academia ainda tem buscado entender o caráter teórico-conceitual e metodológico da soberania alimentar. Não à toa, nos últimos anos tem sido considerável o número de trabalhos que visam discuti-la conceitualmente, sendo exemplos os de Edelman (2014), Desmarais (2015), Wittman (2011), McMichael (2014), Akram-Lodhi (2015), Conversi (2016) entre muitos outros. Ao mesmo tempo, também têm sido produzidos diversos trabalhos que versam sobre a capacidade de a soberania alimentar contribuir com processos de mudança social, seja por meio de sua incorporação por movimentos camponeses (CLARK, 2017; MARTÍNEZ-TORRES; ROSSET, 2010), movimentos urbanos (ALKON; MARES, 2012; ROMAN-ALCALÁ, 2015) ou sua inserção em dispositivos legais, especialmente constituições de Estados-Nação (MCKAY; NEHRING; WALSH-DILLEY, 2014; PEÑA, 2017; WITTMAN; BLESH, 2015).

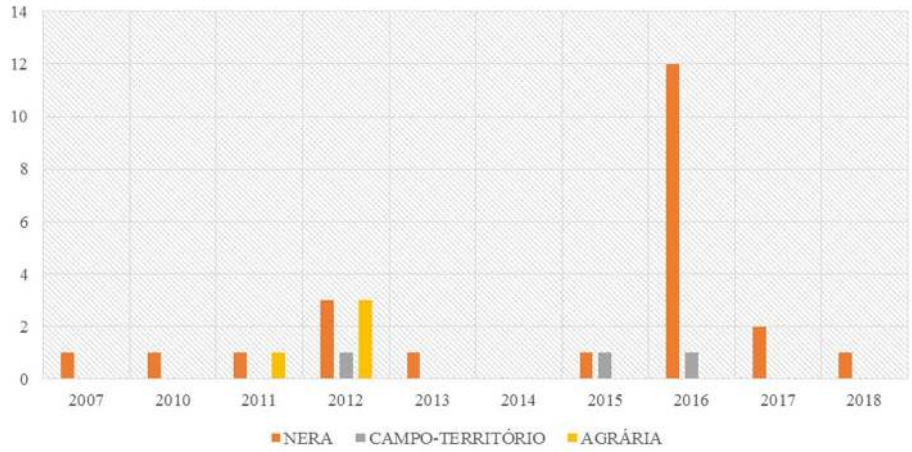
De tal modo, em razão de os desequilíbrios dos sistemas alimentares apontarem para os limites do modo de produção capitalista, tem sido crescente na academia a produção de trabalhos sobre a soberania alimentar. Interessa-nos saber como esse processo tem se dado na Geografia Agrária brasileira.

A soberania alimentar em periódicos brasileiros de Geografia Agrária

A partir da realização do levantamento bibliográfico foi possível constatar que a soberania alimentar vem ganhando maior espaço nas pesquisas da Geografia Agrária brasileira a partir do último decênio. Entendemos que isso demonstra um esforço desse ramo da ciência geográfica de acompanhar os novos temas da Questão Agrária, até mesmo, devido ao fato de que, como já expressado nesse artigo, a mais usada definição de soberania alimentar data de 2007, quando ocorreu o Encontro Nyéneli.

Na Revista Agrária, a primeira edição onde a soberania alimentar aparece em um artigo é a de número 15, datada de 2011. Na revista Campo-Território, a primeira referência se deu na edição de número 7, de 2012. Por seu turno, na revista NERA, a soberania alimentar aparece pela primeira vez em um artigo de 2007, mas é a partir de 2010 que o tema surge com maior recorrência. A periodização dos artigos que possuem em seu resumo ou em suas palavras-chave a soberania alimentar pode ser constatada no gráfico 01:

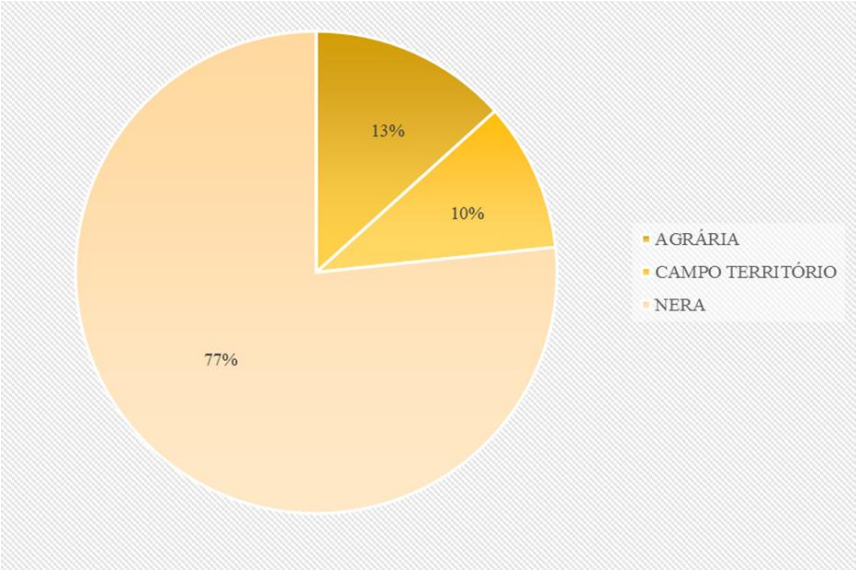
Gráfico 1: Número de publicação por revista de acordo com o ano de publicação.



Fonte: Autores, 2019.

Como pode-se perceber no gráfico 02, dentre os três periódicos abordados na pesquisa, a Revista NERA foi o que concentrou a maior quantidade de artigos referentes à soberania alimentar.

Gráfico 2: Porcentagem dos artigos pesquisados de acordo com a revista de publicação.



Fonte: Autores, 2019.

Esse destaque pode ser explicado, de acordo a entrevistada 01, pelo fato de os principais grupos de pesquisa, ou aqueles que trouxeram maiores contribuições para a temática, serem o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e o Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), ambos ligados à UNESP. Nos últimos anos, pesquisadores vinculados a e esses coletivos do pensamento têm se dedicado ao estudo da soberania alimentar em diferentes escalas e contextos, a exemplo das teses de Coca (2016) e Origuéla (2019) e das dissertações de Valério (2015) e Zanotto (2017).

Contudo, as revistas Campo-Território e Agrária demonstraram uma menor adesão ao tema da soberania alimentar ao longo dos anos. Questionado sobre isso, o entrevistado 02 apontou que este

> [...] é um dos temas relevantes da questão agrária e da Geografia Agrária crítica. Pela sua carência e importância temática no periódico pode ser objeto de uma edição especial abordando experiências e reflexões teórico-metodológicas no Brasil e no mundo (Entrevistado 02 - Editor da Revista Campo-Território - 02/07/2019).

Além disso, foi possível perceber que as pesquisas envolvendo a soberania alimentar compartilham das discussões, dos conceitos e das teorias provenientes do PQA, por isso, consideram que apesar de hegemônico, o agronegócio não é uma totalidade no campo. Segundo a editora da Revista NERA:

> A soberania alimentar é um tema abordado pelos pesquisadores do Paradigma da Questão Agrária. Ela é compreendida como uma proposta oriunda dos movimentos camponeses vinculados à Via Campesina que visa a construção de um regime alimentar alternativo ao corporativista. Além da evolução da ideia de soberania alimentar, normalmente, abordam-se as práticas e políticas públicas que podem levar a sua construção (Entrevistada 01 - Editora da Revista NERA - 21/06/2019).

Isso decorre do fato de que a soberania alimentar vem se apresentando como uma leitura alternativa à hegemonia das grandes corporações no sistema agroalimentar global e às contradições geradas pela expansão do capitalismo no campo. Portanto, ela passa a ser trabalhada no meio acadêmico por pesquisadores que se baseiam, principalmente, no materialismo histórico-dialético e, por isso, reconhecem que os problemas que afetam a população camponesa têm origem na luta de classes, ou

seja, são estruturais. Aos autores que trabalham com a soberania alimentar implica a consideração da existência da Questão Agrária.

De acordo com Fernandes (2001), os problemas relacionados à Questão Agrária dizem respeito à concentração da estrutura fundiária, aos processos de expropriação e exclusão de camponeses e trabalhadores assalariados, à luta pela terra, e outros inúmeros fatores. Os entraves ocasionados por ela serão sempre constantes, uma vez que são problemas de ordem estrutural do sistema capitalista. Assim, a soberania alimentar surge enquanto uma proposta alternativa ao modo de produção capitalista e a forma como o consumo e a comercialização de alimentos são condicionadas por ele. Sendo assim, foi constatado que os pesquisadores que trabalham com a soberania alimentar são aqueles que se baseiam no PQA.

Outro ponto fundamental para essa pesquisa foi entender de que modo a soberania alimentar vem sendo trabalhada na Geografia Agrária brasileira. Para isso, foi averiguado se os trabalhos que tratam do tema se utilizam de conceitos geográficos, quais deles e com qual perspectiva. Observou-se que muitos dos artigos analisados utilizaram-se de discussões teóricas baseadas em outras áreas do conhecimento, como a Sociologia, a História, e até mesmo a Nutrição. Deste modo, constatou-se certa carência de pesquisas que analisem a soberania alimentar com base na Geografia.

Dentre os trabalhos que se utilizam do enfoque geográfico, grande parte embasou-se em conceitos e categorias como região, espaço e território. Nesses casos, predominam as vinculações com a Geografia Crítica e a utilização do materialismo-histórico-dialético como método.

Dentre os conceitos geográficos, o mais utilizado é o de território. Percebe-se a influência das abordagens de geógrafos que

contribuíram para a consolidação do marxismo na Geografia Agrária, como é o caso de Oliveira (1999) e Fernandes (2009). O primeiro discute o processo de monopolização do território pelo capital e o segundo trata da tipologia dos territórios e das conflitualidades. Nesses casos, a soberania alimentar aparece como uma referência na disputa por terras entre o campesinato e o agronegócio. Além disso, vale destacar que o conceito geográfico de território aparece como referência para a discussão sobre a soberania alimentar em artigos de geógrafos (as) (e.g. SANTOS, 2012), de acadêmicos de outras áreas do conhecimento em parceria com geógrafos (e.g. VINHA; SCHIAVINATTO, 2015) ou até mesmo sozinhos (e.g. TORRES *et al*, 2016).

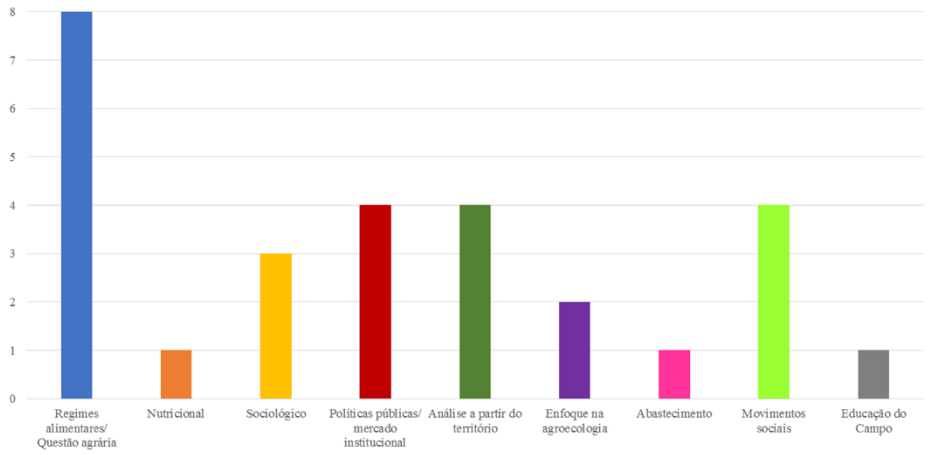
Outro conceito que se destaca é o de espaço, o qual é entendido, majoritariamente, como produzido pelas relações sociais e não como receptáculo ou um dado *a priori*. O trabalho de Valério (2016), por exemplo, demonstra como a territorialização do capital sucroalcooleiro na região da Alta Paulista, estado de São Paulo, impacta os fluxos de alimentos no espaço, causando repercussões na soberania alimentar.

Além desses, também merece menção o conceito de região. Como a soberania alimentar é interpretada como um direito de cada povo, tem sido recorrente o uso da região para a realização desse recorte. Todavia, ao contrário do espaço e do território, as reflexões sobre a região não vão além das abordagens clássicas, quase sempre as resumindo a um conjunto de unidades administrativas. No trabalho de Silva (2016), por exemplo, é feito um recorte da região do Caribe Colombiano para discutir a segurança e a soberania alimentar em comunidades negras.

Por conseguinte, além dos conceitos e categorias da Geografia, foi possível observar que a Agroecologia vem sendo utilizada por alguns pesquisadores enquanto lente teórico-metodológica capaz de proporcionar aos mesmos um entendimento das dinâmicas espaciais e territoriais do campesinato, sendo essa uma tendência dos estudos da questão agrária atual no Brasil e no mundo. Como a Agroecologia agrega conhecimentos de diversas ciências (ALTIERI, 2009), sua relação com a soberania alimentar em trabalhos efetivados por geógrafos abre possibilidade para o diálogo interdisciplinar.

Por meio da análise dos artigos foi possível delimitar 9 tendências de enfoques dados à soberania alimentar (Gráfico 03):

Gráfico 3: Número de artigos de acordo com o enfoque dado à soberania alimentar.



Fonte: Autores, 2019.

Esses dados demonstram que a tendência mais recorrente nas pesquisas, aparecendo em oito artigos, foi a utilização da abordagem teórico-metodológica dos Regimes Alimentares e da Questão Agrária, criada por Friedman e McMichael (1989); além da

relação entre esse tema com a questão agrária (BORRAS JR, 2016). Estes artigos abordam os impactos gerados pelas grandes corporações na produção de alimentos, a exemplo da expansão da produção de agrocombustíveis, tratando a soberania alimentar enquanto uma alternativa para a superação desse contexto.

Em segundo lugar, com quatro artigos cada, aparecem três tendências. A primeira, concerne aos artigos que abordam a soberania alimentar por meio da dimensão das políticas públicas e dos mercados institucionais, apontando as potências e as dificuldades enfrentadas por estes programas no Brasil, na Argentina e no Paraguai. A segunda tendência, refere-se aos artigos que partem da análise dos territórios camponeses para evidenciar a Agroecologia enquanto sistema produtivo capaz de garantir a reprodução familiar e a soberania alimentar. Já a terceira tendência, abarca os artigos que realizam uma análise a respeito da importância dos movimentos sociais para a consolidação da soberania alimentar no Brasil, Colômbia e Argentina. Assim, percebe-se que tem sido comum nas discussões sobre a soberania alimentar em periódicos de Geografia Agrária brasileiros a referência a exemplos de outros contextos latino-americanos, além das próprias experiências do Brasil.

Em seguida, aparece a abordagem sociológica com três artigos. Estes analisam, entre outros fatores, o processo de formação e organização da *La via Campesina* e sua importância para o debate da soberania alimentar, bem como as ações coletivas que possibilitam que a soberania alimentar seja construída pela agricultura camponesa no México. De tal modo, a soberania alimentar é um exemplo de que as discussões sobre movimentos sociais ainda compõem um dos principais motes da Geografia

Agrária brasileira. Contudo, tem sido dada, cada vez mais, ênfase à internacionalização das lutas camponesas, devido aos contornos globais da Questão Agrária atual.

O tratamento da soberania alimentar por meio de análises acerca da Agroecologia aparece em dois artigos. Isso indica que a Agroecologia é vista enquanto um método de produção de alimentos utilizado por movimentos sociais que valoriza os conhecimentos tradicionais do campesinato, sendo a base para se alcançar a soberania alimentar.

Por fim, aparecem as pesquisas com enfoques no abastecimento e na Educação do Campo. O abastecimento tem sido relacionado com a soberania alimentar como forma de demonstrar os efeitos do agronegócio sobre a alimentação da população, na medida em que produções de alimentos são suprimidas em detrimento das áreas destinadas à produção de commodities como a cana-de-açúcar. Por seu turno, a Educação do Campo é relacionada com a soberania alimentar por meio, dentro outros, do protagonismo das escolas do campo para a consolidação de práticas que visem uma alimentação saudável.

Nesse sentido, percebe-se que a incorporação da soberania alimentar por autores que publicam em periódicos de Geografia Agrária brasileira tem se dado por meio de um diálogo interdisciplinar, fazendo eco aos novos temas da Questão Agrária, onde além das questões fundiárias também ganham destaque as relações de vida e trabalho (BORRAS JR, 2016).

Considerações finais

Analisando os resultados aqui expressos, ficou claro que a partir da última década tem sido crescente o interesse pela soberania alimentar em artigos publicados nos principais periódicos da Geografia Agrária do Brasil. Com base nos exemplos das revistas NERA, Campo-Território e Agrária percebe-se que esse tema tem sido trabalhado como uma referência dos novos componentes que caracterizam a Questão Agrária, a exemplo da internacionalização da agricultura e as relações escalares entre os sistemas alimentares. A Revista NERA vem despontando enquanto o periódico que mais tem publicado trabalhos versando sobre a soberania alimentar, sendo que, em parte, isso pode ser explicado pelo fato da revista ter organizado um dossiê sobre o tema no ano de 2016.

Por meio do exame dos três periódicos constatou-se que ainda existe uma tendência de se trabalhar com a soberania alimentar sem se utilizar diretamente metodologias e enfoques geográficos. São frequentemente utilizados conceitos de ciências como a Sociologia, a História e até mesmo a Nutrição. Um dos motivos para isso pode residir no fato de que o alimento é um tema transversal, ou seja, sua abordagem requer que o pesquisador recorra a diferentes leituras do mundo, desde as que possuem foco direto no modo de organização das sociedades, até os que possuem relação direta com os sistemas ecológicos. A tendência pelo uso de categorias e conceitos que não pertencem à Geografia também pode estar relacionada com o fato das discussões acerca da soberania alimentar serem recentes no Brasil. Algumas das maiores referências sobre o tema, como McMichael (2009; 2014) e Wittman (2011), são provenientes de outras áreas do conhecimento, o que pode

estar influenciando o uso de conceitos externos à Geografia nas pesquisas produzidas no país.

No caso dos trabalhos tratam da soberania alimentar e que dialogam com o enfoque geográfico aferiu-se que, dentre as categorias e os conceitos mais utilizados, território apresenta maior recorrência. Isso se explica pela centralidade que a soberania alimentar tem adquirido nas lutas camponesas, especialmente em relação à reforma agrária. Também aparecem referências ao conceito de globalização, haja vista que a soberania alimentar emerge como uma reação local aos efeitos perversos do capitalismo mundializado.

Referências

ABADAL, ERNEST (Org.). *Revistas científicas. Situación actual y retos de futuro*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2017.

ALKON, Alison Hope; MARES, Teresa Marie. Food sovereignty in US food movements: radical visions and neoliberal constraints. *Agriculture and Human Values*, v. 29, n. 3, p. 347–359, 2012.

ALTIERI, Miguel. Agroecology, Small Farms, and Food Sovereignty. *Monthly Review*, p. 102–114, 2009.

ANDRÉE, Peter *et al. Globalization and food sovereignty: global and local change in the new politics of food*. Toronto: University of Toronto Press, 2014.

BORRAS JR, Saturnino M. *Land politics, agrarian movements and scholar-activism*. 2016. Disponível em: https://www.tni.org/en/publication/land-politics-agrarian-movements-and-scholar-activism. Acesso em: 20 de fev. 2020.

CAMACHO, Rodrigo Simão. *Paradigmas em disputa na Educação do Campo*. 2014. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente.

CLARK, Patrick. Neo-developmentalism and a "vía campesina" for rural development: Unreconciled projects in Ecuador's Citizen's Revolution. *Journal of Agrarian Change*, v. 17, n. 2, p. 348–364, 2017.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. *A soberania alimentar através*

do Estado e da sociedade civil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá. 2016. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; BARBOSA JR, Ricardo. Hortas escolares em Vancouver, Canadá como parte da "segunda geração" da soberania alimentar. *Ateliê Geográfico*, v. 12, n. 1, p. 219–236, 2018.

De SCHUTTER, Olivier. Food democracy South and North: from food sovereignty to transition initiatives. *Open Democracy*, 2015. Disponível em: https://www.opendemocracy.net/olivier-de-schutter/food-democracy-south-and-north-from-food-sovereignty-to-transition-initiatives. Acessado em: 19 de fev. 2020.

DESMARAIS, Annette Aurélie. *La Vía Campesina: Globalization and the power of peasants*. Halifax: Fernwood Publishing, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. The gift of food sovereignty. *Canadian Food Studies*, v. 2, n. 2, p. 154–163, 2015.

DESMARAIS, Annette Aurélie; CLAEYS, Priscilla; TRAUGER, Amy. *Public policies for food sovereignty: social movements and the State*. New York: Routledge, 2017.

EDELMAN, Marc. Food sovereignty: forgotten genealogies and future regulatory challenges. *The Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 6, p. 959–978, 2014.

FELÍCIO, Munir Jorge. *Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente.

FERNANDES, B. M. *A ocupação de terra no Brasil: uma página virada da história?* 2001. Disponível em: http://resistir.info/brasil/conflitos_2001.html. Acesso em: 20 de fev. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a Tipologia de Territórios. In: SAQUET, MarcosAurelio; SPOSITO, Eliseu Saverio (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.* São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 35-71.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Construindo um estilo de pensamento na Questão Agrária: o debate paradigmático e o conhecimento*. 2013. Tese (Livre-Docência em Geografia),Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente

Prudente.

FERNANDES, Bernardo Mançano. 2017. *O agronegócio não é o centro do universo*. Disponível em: http://redesans.com.br/o-agronegocio-nao-e-o-centro-do-universo-por-bernardo-mancano/. Acesso em: 12 out. 2019.

FRIEDMAN, Harriet; MCMICHAEL, Philip. The rise and decline of national agricultures , 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, v. XXIX, n. 2, p. 93–117, 1989.

GRASSROOTS INTERNATIONAL. 2011. *2011 Food Sovereignty Prize winners announced/Grassroots International*. Disponível em: https://grassrootsonline.org/press-releases/newspress-releases2011-food-sovereignty-prize-winners-announced/. Acesso em: 12 out. 2019.

HOLT GIMÉNEZ, Eric; SHATTUCK, Annie. Food crises, food regimes and food movements: rumblings of reform or tides of transformation? *The Journal of peasant studies*, v. 38, n. 1, p. 109–144, 2011.

INTERNATIONAL PLANNING COMMITTEE FOR FOOD SOVEREIGNTY (IPC). 2002. *Declaration NGO Forum FAO Summit Rome +5*. 2002. Disponível em: https://viacampesina.org/en/declaration-ngo-forum-fao-summit-rome5/. Acesso em: 20 de fev. 2020.

KAUTSKY, Karl. *The Agrarian Question*. London: Zwan Publications, 1988.

LEVKOE, Charles Z.; BREM-WILSON, Josh; ANDERSON, Colin R. People, power, change: three pillars of a food sovereignty research praxis. *Journal of Peasant Studies*, v. 46, n. 7, p. 1389-1412, 2018.

MARQUES, Marta Inez de Medeiros. Geografia agrária crítica : um pouco de história. *GeoUsp - Espaço e Tempo*, v. 22, n. 3, p. 504–514, 2019.

MARTÍNEZ-TORRES, María Elena; ROSSET, Peter M. La Vía Campesina: the birth and evolution of a transnational social movement. *Journal of Peasant Studies*, v. 37, n. 1, p. 149–175, 2010.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

McKAY, Ben; NEHRING, Ryan; WALSH-DILLEY, Marygold. The 'state' of food sovereignty in Latin America: political projects and alternative pathways in Venezuela, Ecuador and Bolivia. *The Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 6, p. 1175–1200, 2014.

McMICHAEL, Philip. A food regime analysis of the "world food crisis". Agriculture and Human Values, v. 26, n. 4, p. 281–295, 2009.

McMICHAEL, Philip. Historicizing Food Sovereignty. *Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 6, p. 933–957, 2014.

MMC - MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. *Lutas*. Disponível em: http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/47. Acesso em: 12 out. 2019.

MPA - MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES. *Plano Camponês*. Vitória, 2012.

NYÉLÉNI DECLARATION. *Declaration of Nyéléni*. *Forum for Food Sovereignty*. 2007. Disponível em: https://nyeleni.org/spip.php?article290. Acesso em: 20 de fev. 2020.

OLIVEIRA, A. U. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-137.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. *Território e territorialidades em disputa: Subordinação, autonomia e emancipação do campesinato no Rio Grande do Sul*. 2019. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente.

PATEL, Raj. Food Sovereignty, *Journal of Peasant Studies,* v.36, n. 3, p.663-673, 2009.

PEÑA, Karla. State-led grassroots participation and Ecuador´s land law. In: DESMARAIS, ANNETTE AURÉLIE; CLAEYS, PRISCILLA; TRA (Orgs.). *Public policies for food sovereignty: social movements and the State*. New York: Routledge, 2017. p. 19–35.

ROMAN-ALCALÁ, Antonio. Broadening the land question in food sovereignty to northern settings: a case study of Occupy the Farm. *Globalizations*, v. 12, n. 4, p. 545–558, 2015.

ROSSET, Peter M.; MARTINEZ-TORRES, Maria Elena. Rural Social Movements and Agroecology: context,theory , and process. *Ecology and Society*, v. 17, n. 3, p. 1–12, 2012.

SANTOS, Laiany Rose Souza. Ensaio sobre o território do assentamento: uma perspectiva da produção agroecológica realizada por mulheres. *Campo-Território*, v. 7, n. 14, p. 1-28, 2012.

SILVA, Lucas Bento. Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de PalosPrieto, região do Caribe Colombiano.

Revista NERA, n. 32, p. 195-213, 2016.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luís; OTTENHEIMER, Ana. La soberanía alimentaria desde la extensión universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción urbano/rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP- Argentina). *Revista NERA*, n. 32, p. 91-110, 2015.

VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. *A segurança da dependência e os desafios da soberania: expansão da agroindústria canavieira e a geografia do abastecimento alimentar no município de Tupi Paulista/SP*. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 2015.

VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. Qual a segurança da dependência? Agronegócio canavieiro e abastecimento alimentar no município de Tupi Paulista/SP. *Campo-Território*, v. 11, n. 24, p. 314-343, 2016.

Van der PLOEG, Jan Douwe. *Camponeses e a arte da agricultura*. São Paulo/Porto Alegre: EdUNESP/Editora UFRGS, 2016.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos. *Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária brasileira: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo*. 2012. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 2012.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIAVINATTO, Mônica. Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Revista NERA*, n. 26, p. 183-203, 2015.

WITTMAN, Hannah. Food Sovereignty: a new rights framework for food and nature? *Environment and Society: Advances in Research*, Wageningen, v. 2, n. 1, p.87–105, 2011.

WITTMAN, Hannah. From protest to policy : The challenges of institutionalizing food sovereignty. *Canadian Food Studies*, v. 2, n. 2, p. 174–182, 2015.

WITTMAN, Hannah. Reworking the metabolic rift: La Vía Campesina, agrarian citizenship, and food sovereignty. *Journal of Peasant Studies*, v. 36, n. 4, p. 805–826, 2009.

WITTMAN, Hannah; BLESH, Jennifer. Food sovereignty and Fome Zero: connecting public food procurement programs to sustainable

rural development in Brazil. *Agrarian Change*, v. 17, n. 1, 2015, p. 87-105.

WITTMAN, Hannah; DESMARAIS, Annette Aurélie; WIEBE, Nettie. *Food sovereignty: reconnecting food, nature & community*. Black Point: Fernwood/Food First, 2010.

WITTMAN, Hannah; DESMARAIS, Annette Aurélie; WIEBE, Nettie. *Food sovereignty in Canada: creating just and sustainable food systems*. Winnipeg: Fernwood Publishing, 2011.

ZANOTTO, Rita. *Soberania alimentar como construção contra-hegemônica da Via Campesina: experiências no Brasil e na Bolívia*. 2017. Dissertaão (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista (Unesp), São Paulo.

Submetido em: 30 de março de 2020.

Aprovado em: 25 de abril de 2020.

Como citar este artigo:

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; SANTOS, Leonardo Lencioni Mattos; SOUZA E SILVA, Rodrigo De Paulo; SALVATERRA, José Roberto. A soberania alimentar na Geografia Agrária brasileira. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 586-615, jan.-jun./2020.